



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 81/XV/ 2.ª SL

Aos 13 dias do mês de dezembro de 2023, pelas 18:13 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

(formato misto - videoconferência + presencial)

1. Informações;

O Senhor Presidente referiu que não tinha qualquer informação a prestar.

2. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

[COM \(2023\) 642](#) - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2018/1806 no respeitante à revisão do mecanismo de suspensão

Deputado Autor de Parecer: Bruno Dias (PCP)

Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – 18/12/2023

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) procedeu à apresentação do seu parecer referindo que o que estava em causa na proposta em análise era a dispensa da obrigatoriedade de conceder vistos a cidadãos terceiros da União Europeia (UE), acrescentando que se estava perante uma ligação política entre os Estados-Membros, a UE e os Estados terceiros. Concluiu referindo que a proposta em causa violava o princípio da proporcionalidade por pretender tipificar as condições que levavam à ativação do mecanismo de suspensão de concessão de visto. Na fase de debate, interveio o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) que agradeceu o trabalho desenvolvido pelo Senhor Deputado Autor do Parecer, referindo que existia vontade de debater a questão da migração. Acrescentou que se devia sempre abordar no parecer o respeito pelo princípio da subsidiariedade e da proporcionalidade defendendo que, quanto ao respeito pelo princípio da proporcionalidade, o mecanismo previsto na proposta seria



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 81/XV/ 2.ª SL

utilizado apenas em último recurso, destacando que o mesmo não era de acesso fácil dado os parâmetros definidos. Concluiu enunciando que a excecionalidade deste regime e os critérios estabelecidos, davam segurança ao seu Grupo Parlamentar para considerar que a proposta em análise não violava o princípio da proporcionalidade. Interveio, de igual modo, a Senhora Deputada Cristina Mendes da Silva (PS) que agradeceu o trabalho realizado pelo Senhor Deputado Autor de Parecer, adiantando que o seu Grupo Parlamentar não concordava com a conclusão do parecer, nomeadamente, que a proposta em análise violava o princípio da proporcionalidade. Referiu que o mecanismo previsto na proposta era uma exceção, defendendo que após a adoção do Pacto para a Migração e Asilo estas questões ficariam sanadas. Concluiu alertando que, por vezes, estes mecanismos eram aproveitadas pelas redes de tráfico de seres humanos, pelo que o seu Grupo Parlamentar era contra o parecer apresentado. Interveio, também, o Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) referindo que uma Europa com uma política sem vistos fomentava a imigração ilegal, dando exemplos de vários casos, em Portugal, que envolviam migrantes sem vistos. Defendeu que era preciso medidas mais securitárias e que protegessem o Estado. Concluiu que o seu Grupo Parlamentar não iria acompanhar o Parecer apresentado por considerar que o princípio da proporcionalidade estava respeitado, nomeadamente, através das regras estabelecidas pela proposta em apreço. Por fim, interveio a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) referindo que o Parecer tinha feito uma análise da proposta com sentido pelo que iriam acompanhar a posição adotada no Parecer. Em resposta às intervenções dos Grupos Parlamentares, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) Autor do Parecer, agradeceu a participação das diferentes forças políticas, referindo que, quanto ao princípio da subsidiariedade, o Parecer não o colocava em causa uma vez que a proposta versava sobre a livre circulação de pessoas na UE. Destacou que a proposta previa uma aplicação automática da suspensão deste mecanismo, pelo menos de facto, mesmo que não fosse *de jure*. Concluiu recordando que muitas das pessoas que entravam na UE eram possuidoras de vistos, mas que depois caíam nas redes de tráfico. Encerrado o debate, o Senhor Presidente da Comissão felicitou o Autor de Parecer pelo trabalho realizado e referiu que esta questão era complexa uma vez que podia haver um uso abusivo, por Estados terceiros, da suspensão do mecanismo de isenção de vistos pois era para este fim que este mecanismo existia, contudo era necessário



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 81/XV/ 2.ª SL

compreender qual a dimensão do problema que esta proposta pretendia resolver, mas tal cálculo era extremamente difícil recaindo aí mesmo a complexidade deste tema.

Submetido a votação, foi o Parecer rejeitado com os votos contra dos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CH, a favor dos Grupos Parlamentares do PCP e BE, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar da IL.

3. Outros assuntos;

O Senhor Presidente da Comissão referiu que no dia 9 de janeiro encontrava-se agendado o debate, em sessão plenária, das prioridades da Presidência belga do Conselho com o membro do Governo pelo que propôs que a audição do Senhor Embaixador da Bélgica em Portugal sobre as prioridades, que estava agendada para esse mesmo dia, fosse antecipada para o dia 3 de janeiro às 11:00h, tendo colhido o consenso de todos os Grupos Parlamentares presentes.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, disponível em: https://media.parlamento.pt/site/XVLEG/SL2/COM/04_CAE/CAE_20231213.mp3

A reunião foi encerrada às 18:51 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 de janeiro de 2024.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 81/XV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Edite Estrela (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Capoulas Santos (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Rui Lage (PS)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
José Silvano (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Bruno Nunes (CH)
Bruno Dias (PCP)
Isabel Pires (BE)
Susana Correia (PS)
Firmino Marques (PSD)
João Dias Coelho (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Isabel Meireles (PSD)
Miguel Santos (PSD)
Bernardo Blanco (IL)